

Eleições Autárquicas 2025 - Obrigações declarativas a cumprir

Entidade para a Transparência (EpT)

Órgão independente que funciona junto do Tribunal Constitucional e tem como missão a apreciação e fiscalização da declaração única de rendimentos, património e interesses dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos (declaração única).

Lei n.º 52/2019

Os “**membros dos órgãos executivos do poder local**” são cargos políticos (Artigo 2.º, n.º 1, alínea i)).

Os titulares de cargos políticos apresentam, através da **Plataforma Eletrónica da Entidade para a Transparência**, uma declaração única^(*), no prazo de 60 dias:^(**)

- **Inicial** - a partir da tomada de posse/início do exercício de funções (Artigo 13.º, n.º 1)
- **Recondução/Reeleição** - a partir da tomada de posse/início do exercício de funções (Artigo 14.º, n.º 1)
- **Cessação** - a partir da cessação das funções (Artigo 14.º, n.º 1)

(*) Os **vogais das Juntas de Freguesia** com menos de 10.000 eleitores, que se encontrem em regime de não permanência, estão excecionados da obrigação declarativa (Artigo 2.º, n.º 2)

()** Sem prejuízo da obrigação de apresentação de declaração única:

- ⇒ Alteração (30 dias), no decurso do exercício de funções, quando se verifique uma alteração patrimonial efetiva (montante >50 salários mínimos mensais) ou ocorram factos ou circunstâncias que obriguem a novas inscrições (Artigo 14.º, n.º 2)
- ⇒ Final, quando decorram 3 anos após a cessação do exercício de funções (Artigo 14.º, n.º 4)

Plataforma Eletrónica da Entidade para a Transparência

<https://entidadetransparencia.pt/>



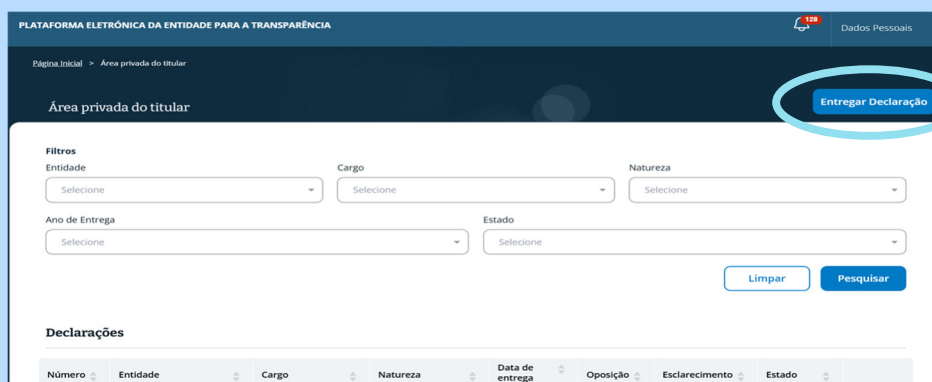
A autenticação na **Área privada** é efetuada através dos meios **Autenticação.gov** **(*)**

(*) Caso o titular não se encontre ativo, como cidadão, através dos meios referidos, deve comunicar o facto à EpT, através de requerimento, a enviar para geral@entidadetransparencia.pt, solicitando a atribuição de um acesso mediante palavra-passe (Artigo 5.º do Regulamento n.º 258/2024, de 6 de março).

Apresentação da declaração única

Opção:

Área
privada
do titular



PLATAFORMA ELETRÔNICA DA ENTIDADE PARA A TRANSPARÊNCIA

Página Inicial > Área privada do titular

Área privada do titular

Filtros

Entidade: Cargo: Natureza:

Ano de Entrega: Estado:

Declarações

Número	Entidade	Cargo	Natureza	Data de entrega	Oposição	Esclarecimento	Estado
--------	----------	-------	----------	-----------------	----------	----------------	--------

Entregar Declaração

Inicial

Cessaçã

Nova declaração

Foi reconduzido no cargo que já desempenhava?



Não

Iniciou agora funções numa nova entidade/órgão?



Sim

Deve preencher



Nova declaração

(*)

Nova declaração

Foi reconduzido no cargo que já desempenhava?



Não

Iniciou agora funções numa nova entidade/órgão?



Não

Ocorreu alguma alteração de património e/ou atos ou atividades que pretenda declarar?



Não

O seu cargo terminou

recentemente?

Deve preencher



Declaração de cessação

(*)

Recondução/Reeleição

Nova declaração

Foi reconduzido no cargo que já desempenhava?



Sim

Deve preencher



Declaração de recondução/reeleição

(*)

(*) Caso já tenha apresentado alguma declaração única na Plataforma Eletrónica, poderá optar pelo pré-preenchimento, com base na mesma, devendo seleccioná-la. Os dados da nova declaração assim gerada deverão ser atualizados.

Sugere-se consulta das **Questões Frequentes**, disponíveis no *site* da EpT:

<https://www.tribunalconstitucional.pt/tc/ept/faq.html>

A informação apresentada não dispensa a consulta da legislação aplicável:

- Lei n.º 52/2019, de 31 de julho
- Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro (aprova o Estatuto da Entidade para a Transparência)
- Regulamento n.º 258/2024, de 6 de março